



Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento “Unidade de Recuperação Energética – URE - Mauá”, de responsabilidade da Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda., realizada no dia 12 de dezembro de 2019, no município de Mauá/SP.

Realizou-se, no dia 12 de dezembro de 2019, no Teatro Municipal de Mauá, Rua Gabriel Marques, 353, Vila Noêmia, Mauá/SP, a audiência pública sobre o empreendimento “**Unidade de Recuperação Energética – URE - Mauá**”, de responsabilidade da Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda. (Proc. Impacto nº 224/2019; e-ambiente 060054/2019-05). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães**, declarou que, em nome do Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo e Presidente do CONSEMA, **Marcos Penido**, saudava e dava boas-vindas e registrava a presença dos representantes do poder Executivo – nas pessoas dos ilustríssimos senhores Paulo Sergio Pereira, secretário de Governo; Temostocles Cardoso Cristóforo, secretário municipal de Meio Ambiente; Thiago Aguiar, secretário-adjunto de Habitação; Felipe Moreira, secretário-adjunto de Assuntos Jurídicos; Adolfo Lopes, secretário de Obras; Gilberto Oliveira, secretário-adjunto de Finanças, todos do município de Mauá; –, do poder Legislativo – nas pessoas dos ilustríssimos senhores vereadores da Câmara Municipal de Mauá e seus representantes, Bodinho Garcia; Marcelo Oliveira; e Chiquinho do Zaira (representante do Secretário-Executivo Edgard Brandão Junior do Consórcio Intermunicipal Grande ABC); do assessor do vereador Lucio Barbosa, Gil Miranda –, da Polícia Militar Ambiental – na pessoa do Tenente André de Carvalho Peres, da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo –, dos órgãos públicos, na pessoa do Ilustríssimo senhor José Francisco Jacinto, Superintendente da SAMA – Saneamento Básico do Município de Mauá –, das entidades da sociedade civil, na pessoa do Ilustríssimo senhor Yuri Schmitke, Presidente Executivo da ABREN e –, dos representantes de organizações não governamentais, enfim, a todos quantos compareceram à presente audiência pública. Após declarar abertos os trabalhos e anunciar o assunto a ser discutido, informou que a mesa diretora dos trabalhos era presidida por ele, e composta ainda por até dois conselheiros do CONSEMA que estivessem presentes no evento, além de um representante da Cetesb, razão pela qual anunciou a presença do engenheiro **Carlos Komatsu**, gerente do Departamento de Avaliação Ambiental de Projetos e Processos. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem suas opiniões, formulem indagações, apresentem contribuições, sugestões e críticas, e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou propostas apresentadas. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função é tão somente conduzir os trabalhos de forma neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Passou a expor resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas. Enfatizou que a participação nos debates se daria por meio de inscrição, encerrando-se em 60 minutos a partir da abertura dos trabalhos e que a sequência das manifestações obedecia à ordem das inscrições, sendo permitida somente uma inscrição por entidade ou órgão. Registrou que a audiência pública estava sendo gravada e seu conteúdo seria transcrito e formalizado em ata. Informou que o Conselho prevê que as audiências se desdobram em três momentos ou partes, sendo que na primeira parte tem lugar a apresentação geral sobre a proposta e localização do projeto pelo empreendedor em até quinze minutos e, em seguida, seria realizada a exposição da equipe responsável pelo estudo técnico, detalhando os impactos positivos ou negativos, as medidas mitigadoras ou compensatórias, por até trinta minutos. Na segunda parte fazem o uso da palavra os integrantes do plenário, iniciando-se por representantes do Ministério Público, a seguir os que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada qual a até cinco minutos, e na sequência os cidadãos que não representam quaisquer órgãos ou entidades públicas, mas que falam em seu próprio nome, com direito a até três minutos cada um, sendo este o único segmento das manifestações do plenário com limite máximo de tempo, de 60 minutos para o total das falas. Depois se manifestam os representantes de órgãos ou entidades públicas, seguidos pelos representantes de Conselhos Estaduais ou Municipais. Logo após, tem lugar



as falas dos Parlamentares, e por fim, os representantes do Poder Executivo, cada orador com direito a até cinco minutos para o uso da palavra. No terceiro e último momento da audiência, facultou-se ao responsável pelo empreendimento e à equipe de consultoria que ofereçam respostas aos questionamentos e comentem as colocações feitas, ambos por até 15 minutos. Ao cabo, franqueia-se aos representantes do CONSEMA que estiverem compondo a mesa, a prerrogativa de se manifestar por até dez minutos, distribuídos entre ambos. Em suas considerações iniciais **Carlos Komatsu** esclareceu que o processo de licenciamento é dividido em três fases e que a atual era a primeira correspondente ao licenciamento prévio em que são colhidas as contribuições e manifestações oferecidas, e a documentação com base na qual se avalia a viabilidade ou não do empreendimento. Caso se reconheça, com base nos estudos aludidos que, do ponto de vista ambiental, o empreendimento é viável, se emitirá a licença prévia com as respectivas condicionantes a serem cumpridas pelo empreendedor para dar continuidade às próximas fases da licença de instalação e da licença de operação. Ressaltou que todas as contribuições que forem protocoladas na CETESB serão apensadas ao processo e consideradas na análise técnica. Concluídos os esclarecimentos introdutórios, passou-se à apresentação do projeto. **Daniel Sindicic**, PhD CEO e Presidente da Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda. apresentou um resumo sobre a condição atual da vida útil dos aterros do Estado de São Paulo e sobre a evolução do volume de geração de resíduos e perspectivas futuras de disposição e tratamento dos mesmos. Sobre o empreendimento, abordou seu histórico, objetivo, organização, dimensão e capacidade produtiva, etapas implantação da URE, seu funcionamento e operação. Apresentou informações detalhadas sobre o processo de tratamento térmico dos resíduos, suas vantagens e das tecnologias atualmente utilizadas no mundo e dissertou sobre o novo modelo de gerenciamento de resíduos e a capacidade de geração de biogás da URE. **Sérgio Pompéia**, Presidente da CPEA, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, mais precisamente a escolha da localização, da capacidade operacional, do diagnóstico ambiental e dos impactos potenciais, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas mitigadoras e compensatórias que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Detalhou os sistemas de controle de emissões atmosféricas e a destinação das cinzas oriundas do processo de queima. Por fim, informou que a equipe que elaborou o EIA, composta por mais de trinta especialistas, concluiu que o empreendimento é ambientalmente viável. Passou-se a manifestação dos representantes de entidades da sociedade civil. **Yuri Schmitke**, da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos – ABREN lembrou que a entidade foi criada em 2019 em atendimento a elevada demanda brasileira por tratamentos de lixo sustentáveis e integrados. Destacou que o Brasil produz 80 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, por ano, ou seja, o suficiente para preencher o correspondente a 222 Estádios do Maracanã. Lecionou que o setor de resíduos é responsável por, aproximadamente, 11% do total das emissões de gases de efeito estufa, sendo que o volume de metano emitido é 25 vezes mais nocivo que o gás carbônico. Lembrou que, segundo o 5º, constante no capítulo 10 do relatório do Painel Climático da ONU, IPCC: “*usinas waste to energy reduzem até oito vezes as emissões de gases de efeito estufa, são consideradas usinas não poluente e uma das formas mais eficazes e indicadas para mitigação do aquecimento global provocado pelas emissões de RSU. (THEMELIS, 2011)*”. Completou que segundo a hierarquia de tratamento dos resíduos, também constante desse relatório - também disponível em www.abren.gov.br -, a redução de geração de resíduos de residências e empresas (redução na fonte), deve ser a primeira medida a ser adotada, seguida da reciclagem. Lembrou, contudo, que até os países mais desenvolvidos identificaram que 30% do volume de lixo é constituídos por rejeitos que não podem ser reciclados. Dentro daquilo que sobra apenas 10 a 20% pode ser reciclado e, nesse sentido, o Brasil não tem tecnologia correta para reciclar nem 10% dessa porcentagem, ou seja, reciclamos apenas 2% de todo o resíduo gerado. Explicou que, apenas após a separação e encaminhamento dos materiais recicláveis na origem, os resíduos orgânicos são encaminhados para a produção de energia, e biocombustíveis para veículos. Depois de todas essas possibilidades vem o tratamento térmico que são as usinas *waste to energy* de recuperação energética, tal qual, a incineração adotada em 90% das usinas mundiais, por ser a melhor tecnologia atualmente disponível. Nesse sentido, o grupo Lara buscou a melhor tecnologia indicada para a quantidade de lixo gerada no



município de Mauá (três mil toneladas/dia). A Usina do grupo Lara será uma das 10 maiores usinas *waste to energy* do mundo, detentora de tecnologia alemã de ponta, Baumgarten. Afirmou que São Paulo dava um *show* de sustentabilidade no tratamento dos resíduos para a proteção dos mananciais. Afirmou não haver possibilidade de ocorrerem fissuras no aterro, extravasamento de chumbo e poluição de recursos hídricos, como já ocorreu em outros locais, pois o aterro construído pelo Grupo Lara havia sido muito bem projetado. Afirmou que essa segurança era perceptível nas 2.450 usinas de tratamento térmico de resíduos que a empresa mantinha no mundo. Informou que, somente na Europa a empresa mantinha 522 usinas, próximas das cidades e centros com mercados de alimentos, tendo em vista tratar-se de tecnologia limpa, que gera menos resíduos do que as usinas termoelétricas e usinas de biomassa, atualmente, muito frequentes no Brasil. Afirmou que a tecnologia das usinas *waste to energy* eram a forma mais limpa de termoeletricidade do mundo. Além disso, apresentavam um elevado fator de capacidade de estabilização do sistema elétrico, motivos pelos quais, 50% dos resíduos na Europa eram submetidos à incineração. **Jorge Muto**, da Associação dos Empresários do Polo Industrial de Sertãozinho - AEPIS declarou que a entidade apoiava o projeto com base no estudo realizado pelo departamento jurídico da AEPIS, em conjunto com o departamento ambiental da CIESP. Informou que, segundo o estudo realizado, concluiu-se que o projeto atende as diretrizes preconizadas na economia circular, promove a geração de novos empregos e fomenta, de forma efetiva, a preservação ambiental e a sustentabilidade. **Adolfo Roma** da Coopcent do ABC referindo-se as apresentações sobre o projeto discorreu sobre os muitos argumentos discordantes existentes sobre o assunto. Afirmou que, há muitos anos estudando o assunto, deparou-se com literaturas muito diferentes sobre os impactos ambientais, motivo pelo qual foi possível barrar, o processo de licenciamento de um incinerador da mesma natureza, em São Bernardo do Campo, inclusive com o apoio da Cetesb. Além disso, informou que se for realizada a reciclagem de 30% dos resíduos, serão produzidos apenas 80 megawatts de energia, o que era muito pouco. A título de comparação, exemplificou que a usina Henry Borden, em Cubatão produz 899 megawatts, as usinas de Itaipu Binacional 14 mil megawatts e de Solteira, 3.444 megawatts. Afirmou que o empreendimento é ilegal sob a ótica da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que vaticina a seguinte ordem de prioridade na gestão de resíduos: a não geração, redução, reutilização e a reciclagem, e por último a disposição final e ambientalmente adequada dos rejeitos. Estaria havendo, portanto, uma clara inversão nas prioridades. Informou que, atualmente, a cidade de Mauá recicla, aproximadamente, 0,12% das 2.500 toneladas/dia dos resíduos gerados, levando-se em consideração a geração de um Kg de resíduos/habitante. Portanto, apenas 1,02% estavam sendo destinados a reciclagem, o que significa dizer que a URE irá prejudicar esse processo, desobrigando os Prefeitos a pensarem na questão da coleta seletiva. Refutou a informação de que vários países da Europa estariam utilizando a incineração e afirmou que estávamos caminhando na contramão de todo o processo. **Patrícia Frazão da Silva Santos**, da Coopcent ABC informou que representava os catadores da região que tinham como sustento de suas famílias, o material reciclado. Observou que aquele investimento referia-se somente a geração de energia, e não a geração de emprego para as famílias carentes e inclusão social para as pessoas que estão desempregadas. Afirmou que reciclar era o lema dos 200 catadores da região, que dependem do material reciclável e que ouviram que o incinerador, para trabalhar 24 horas/dia, precisava de uma quantidade muito grande de resíduos, o que afetaria a reciclagem não somente o Município de Mauá, mas também toda a região do ABC. Referiu-se também as emissões de gases que afetarão a população e ao fato de vários países estarem desativando incineradores por conta do impacto a saúde da população. Referiu-se ao trabalho de inclusão social que as cooperativas de catadores promovem, auxiliando, indiretamente 600 famílias. Pelos motivos expostos, reiterou que os catadores manifestavam-se contra a incineração e a geração de energia pela tecnologia em questão. Afirmou, que os catadores eram favoráveis a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a coleta seletiva porque é disso que dependiam e precisavam. **Rudnei Donizete Joaquim**, Presidente da Associação Vila Nova Vila Carlina de Mauá disse que, residia desde o nascimento na Vila Carlina, bairro mais próximo de onde será instalada a URE. Lembrou que a Associação Vila Nova, há 42 anos, fazia trabalhos sociais no bairro. Afirmou que, conversando com moradores do bairro, percebeu que o projeto traria somente coisas boas para o bairro e para a cidade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

do ABC. Explicou os motivos pelos quais a atividade de reciclagem, que não mais existia no bairro, não daria conta das dois mil toneladas/dia de lixo a ser reciclado. **José Soares da Silva**, do Movimento em Defesa da Vida Grande ABC - MDV reclamou sobre a falta de informação e da não disponibilização dos estudos no Cecília Meireles, apesar de ter ido duas vezes ao local. Em forma de protesto deixou em cima de uma mesa disponível no local, o lixo que deveria ter sido recolhido de sua casa, e não foi. Afirmou que aquele lixo era o réu que uma sociedade inquisidora da época da inquisição espanhola, do século retrasado quer queimar e está sob a proteção da Política Nacional de Resíduos Sólidos, até então não implementada, e de outras legislações, tais como a Constituição Federal, especificamente, artigos 5º, 6º, 227º e 226º, os quais recomendou a leitura. Lembrou que a responsabilidade sobre a gestão do aterro também cabia ao município, de acordo com o artigo 156, da Lei Orgânica do Município. Lembrou ao consultor do empreendimento que, de acordo com o Plano Municipal de Resíduos, a Lara também encaminhava para Mauá, o lixo gerado na Baixada. Em protesto contra a alegação da empresa que a responsabilidade pelo lixo era de todos e obrigação do gerador de guardar seus resíduos, ele trouxe seus resíduos para a audiência pública ele havia trazido seu lixo para a audiência. Acentuou, contudo, não se lembrar de ter produzido nenhuma uma garrafa de Coca-Cola ou copo plástico. Frisou que todos estavam trabalhando segundo o modelo do berço ao túmulo, apesar que o correto seria trabalhar do berço-ao-berço. Afirmou que, segundo a legislação, quem produz o resíduo é responsável pelo seu recolhimento. Enfatizou que ninguém respeitava a lei, e queimar é a prioridade vigente. Informou que, em Cubatão e em Santos, em fevereiro de 2011, a agenda regional de discussão era sobre a implantação da usina termoeletrica de Cubatão e foi capitaneada pelo Governo do Estado. Recordou que segundo estudos desenvolvidos pelas empresas estaduais do Estado, EMAE, SABESP e CETESB, o projeto em questão beneficiaria 13 municípios por meio do tratamento de mil toneladas de resíduos urbanos, por dia, com a expectativa de incinerar e produzir 40 megawatts. No projeto em tela, serão incineradas três mil toneladas para produzir 80 megawatts, valores esses, “suficientes para alimentar ou matar algumas pessoas”. Observou que ambos os projetos continham informações iguais o que denotava ter sido realizado apenas um trabalho de copia e cola. Na sequência informou sobre a Diretiva da Comunidade Europeia, relativa à incineração de resíduos perigosos e não perigosos e as emissões de poluentes no ar, água e do solo e os efeitos adversos na saúde humana. Reiterou que nos Estados Unidos, Alemanha, Japão e França a tentativa de expansão desses sistemas encontra forte resistência popular. Nos EUA em 1985 foram rejeitadas 300 propostas de implantação de incineradores. Na Alemanha, pai tecnologicamente sofisticado da tecnologia, existe uma forte oposição quanto a incineração de resíduos, desde a década de 80. Completou que na Bavária mais de um milhão de cidadãos eram contrários a essa tecnologia. **Francisca Maria Lima Araújo** representante da Cooperativa Reluz e catadora solidarizou-se com as manifestações daqueles munícipes e catadores de Mauá que antecederam sua fala. Na sequência informou que havia protocolado, em 21 de julho de 2011, uma ação popular contra a tecnologia de queima de lixo, principalmente, por não ser sustentável, não gerar postos de trabalho e nem inclusão social, muito pelo contrário. Afirmou discordar plenamente com a atitude tanto da sociedade civil quanto do poder público de apoiar a queima do lixo. Reafirmou que, em outros países, essas tecnologias estavam sendo todas desinstaladas. **Valquíria Cândido** do Movimento Nacional dos Catadores disse que atuava como catadora há 10 anos, e ao longo desse tempo verificou haver uma visão muito distorcida dos catadores e das cooperativas, principalmente de que não sabem gerenciar os negócios. Afirmou que ao longo daquele trâmite os ricos só conversam com os ricos, pois a queima do resíduo só iria beneficiar aqueles que têm dinheiro. Por outro lado, afirmou que, há anos, as cooperativas, mesmo sem estrutura, há haviam recuperado toneladas e toneladas de resíduos e, por isso, desmerecer o trabalho dos catadores era injusto. Aquela era uma briga entre titãs com muito dinheiro, e grupos organizados de catadores, a maioria mulheres, que dependem dos recicláveis para sobreviver. Naquele contexto, somente as máquinas e a queima eram considerados, e não nos grupos organizados de catadores. Convidou os presentes para conhecerem uma cooperativa e o trabalho dos catadores, que há anos trabalham na reciclagem de toneladas de materiais, mesmo sem estrutura suficiente. Solicitou que o assunto seja revisto e que, nessa reavaliação as cooperativas sejam inseridas no



diálogo em detrimento da incineração. **Shirley Pancara**, da bancada ativista de Mauá solicitou respeito e democracia para as criaturas. Como munícipe de Mauá, além de parlamentar, afirmou que as portas da assembleia legislativa de São Paulo estavam abertas para todos. Afirmou que de nada adiantava barrar o ponto de vista das pessoas e que somente por meio do respeito recíproco é que será possível alcançar os objetivos e a prática política no modelo *bottom-down*, pela preservação de vidas, não capitalista. **Fabio Luis Cardoso**, consultor e representante da LC Consultoria Movimento contra a Incineração afirmou que serão necessários muitos equipamentos de proteção contra os diversos riscos provenientes da incineração. Afirmou que há décadas trabalhava nesse movimento em favor de um país saudável, sustentável e mais equilibrado. Para tanto, era necessário combater a enorme desigualdade existente no país. Reiterou não ser possível pensar em sustentabilidade, ambiente sustentável, indústria 4.0 e tudo o que há de moderno, sem olhar para o povo. Frisou que Mauá é uma das regiões mais pobres da região metropolitana e que sofre por conta das mazelas do Estado e das políticas. Reportou-se aos relatórios sobre os incineradores na Alemanha e da gestão de resíduos de Roma, Itália (2007), o qual teve a oportunidade de realizar uma tradução. No contexto desses estudos, versou sobre os riscos inerentes a atividade de incineração de resíduos, da mesma forma que comentou sobre as emissões e contaminação da população por metais pesados, tais como, chumbo e mercúrio, inclusive de crianças menores de seis anos e do leite de mulheres que amamentam. Quanto aos efeitos adversos à saúde indicados nos estudos, citou a ocorrência de asma, mortalidade, incidência de câncer, alteração de estado da saúde mental, elevação da frequência e de distúrbios reprodutivos tais como: baixo peso ao nascer, parto prematuro, aborto espontâneo, má formação fetal e mortalidade infantil e perinatal. Comentou sobre as campanhas de monitoramento baseadas em uma série de estudos transversais, bianuais. Com base nesses relatos do mundo moderno, contradisse a afirmação feita de que a atividade de incineração não trazia problemas. Discorreu sobre a diferença cultural existente entre os países desenvolvidos da brasileira que resultou no evento de Brumadinho que destruiu e matou dezenas de pessoas, mesmo com a existência de um estudo de impacto ambiental validado, inclusive, por uma empresa internacional. Duvidou sobre a suficiência operacional de fiscalização da Cetesb principalmente devido a carência de equipe. Lançou os seguintes questionamentos: Quem fez o estudo?; Quem irá monitorar o gás emitido e qual será a capacidade para fazê-lo? Afirmou tratar-se de licenciamento de um empreendimento privado, pertencente a Lauro Damo, com objetivo único de continuar a ganhar dinheiro. Reiterou tratar-se de um país desigual, miserável que, inclusive, dava as empresas somente aquilo que elas gostam porque elas não estão preocupadas em implantar a logística reversa. Queixou-se, por fim, da dificuldade de implantar a coleta seletiva em Mauá. **Maria da Penha Cunha Guimarães** da COOPERMA de Mauá, após informar que também representava o Movimento Estadual e Nacional dos Catadores formulou os seguintes questionamentos: A planilha de recuperação era mensal ou anual?; O valor gerado será abatido da dívida do município com a empresa?; A partir dessa aprovação como será estipulada a taxa do lixo? Por fim, relatou seu histórico de desenvolvimento profissional e pessoal assim como o de muitos catadores, que conquistaram inclusive nível superior. Agradeceu à luta de vários companheiros também contrários a adoção da incineração de resíduos. **Vicente Pereira da Costa**, da COOPERPIRES de Ribeirão Pires afirmou que o empreendimento não atendia a carência mundial pela construção de arranjos econômicos solidários e inclusivos, indo na contramão dessa necessidade, com prevalência de interesses tão somente econômicos e lucro. Tentar comparar a instalação de uma usina na Finlândia ou na Alemanha que seguem uma estrutura de inclusão econômica historicamente comprovada econômica de inclusão, com a usina de Mauá é brincar com a capacidade de raciocínio. Disse que respeitava a opinião daqueles que moravam nas adjacências do futuro empreendimento, mas questionou para quem seriam destinados os lucros da atividade. Lembrou que os moradores de Brumadinho e de Bombal, na Índia, acreditaram, a princípio, que os empreendimentos que iriam se instalar em sua vizinhança, também seriam bons para elevar a qualidade de vida de suas comunidades. **Reginaldo Alexandre Martins**, do Instituto Iluminarte de Mauá lembrou-se do dia em que o céu de São Paulo escureceu durante o dia, em decorrência das emissões de gases e de fuligem, sendo esse, um dos grandes problemas que a cidade de Mauá poderá passar devido à elevação da poluição. Afirmou que Brumadinho era um exemplo daquilo que ocorre



quando existe a locação incorreta de resíduos. Discorreu sobre qual deveria ser o papel permanente do Governo, no sentido de conscientizar, informar e incentivar as campanhas de implantação da coleta seletiva, reciclagem e de destinação correta de resíduos dos pequenos aos grandes geradores, além da geração de empregos, não fazendo concessões para aqueles que só desejam elevar seus lucros e enriquecer. Questionou quantas vagas de emprego poderiam ser criadas naquele empreendimento, afirmando que um número muito maior poderia ser criado a partir da implantação da coleta seletiva e de cooperativas de reciclagem. Criticou a criação da taxa do lixo pelo poder legislativo, com base em uma série de denúncias de irregularidades, inclusive documentadas. Informou que em sua atuação como professor da rede Estadual, já chegou a distribuir panfletos sobre o excelente trabalho que foi feito em coleta seletiva no município, e por esse motivo, reivindicou sejam implantadas mais cooperativas e também pela destinação de recursos compensatórios para a revitalização de parques hídricos da cidade. Por último, colocou-se a disposição para discutir e debater a implantação de outras metodologias, e afastou a possibilidade de implantação da incineração dentro dos moldes capitalistas que só trazem prejuízo, sem gerar empregos. **José Cantídio Lima**, representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ribeirão Pires afirmou que sua participação devia-se ao fato do município não poder implantar aterros devido à existência, em seu território de área de proteção de mananciais que produz água que fornece água para a represa Billings para garantir o abastecimento do recurso para São Paulo e São Bernardo. Por esse motivo, Ribeirão Pires precisa exportar os esgotos e lixos que gera. Lembrou-se que o Plano Municipal de Resíduo Sólidos do município, havia sido discutido em 2012, na gestão do então secretário Temístocles, presente àquela audiência. Após criticar a forma com a qual a empresa Lara atuou junto aos vereadores, referiu-se ao peso orçamentário que a mesma representa para o orçamento de Ribeirão, que só perdia para a área da saúde, pelo volume de resíduos sólidos gerados no município. Por esse motivo, lançou veemente defesa à cooperativa de catadores. Discorreu sobre a atuação de empresas de consultoria e os lucros obtidos, relacionando-os a ocorrência de desastres ambientais, como o que ocorreu em Brumadinho, e informou sobre as dificuldades enfrentadas para implantar sistemas de reciclagem, devido à concorrência por interesses adversos. Destacou a importância de promover um melhor esclarecimento da população e, para tanto, defendeu a atuação intensiva e exigiu a participação nessa discussão da Associação dos Engenheiros e Arquitetos e do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Defendeu que a cidade se responsabilize pela adequada recuperação dos resíduos que exporta. Reivindicou a continuidade das discussões em busca de soluções para todos os problemas apontados. **Davi Amorim**, da Aliança Resíduo Zero Brasil cumprimentou os catadores e catadoras de materiais recicláveis, que estavam lutando pelo direito de acesso aos materiais recicláveis. Afirmou que a lei garante aos catadores o direito de trabalharem com uma infraestrutura adequada e também incentiva as prefeituras a remunerarem os serviços que as cooperativas prestam para as cidades. Afirmou, portanto, que todos estavam discutindo a ilegalidade, que é a queima de resíduos, ao invés de incentivar a redução da geração, recuperação e a reciclagem. Alertou sobre o baixo índice de reciclagem de resíduos e para aqueles que se posicionaram favoravelmente pela implantação do empreendimento versou a respeito da contradição desse apoio, visto que não promoverá a inclusão social, somente trará benefícios aos patrões. Declarou que a Aliança Resíduos Zero Brasil mantinha intenso contato com outros países, inclusive com a GAIA e a Zero Waste, que se organizam para impedir a continuidade da adoção da incineração pelos diversos acidentes que causou. Passou-se a etapa na qual se manifestam os cidadãos ou cidadãs. **Antonio Carlos de Freitas Junior** informou que foi membro do CONSEMA, no período de 2011-2014, representando a ouvidoria, da CETESB. Rendeu homenagens aos catadores, que em busca do sustento para a família também auxiliavam muitas outras pessoas a resolverem seus problemas de descarte de resíduos. Lembrou que no campo da ecologia, o desafio atual era conciliar a coexistência com a coabitação. Reforçou a dificuldade de conciliar visões de mundo e critérios científicos diferentes. Afirmou, nesse sentido, que percebia princípios ecológicos naquele projeto. Versou sobre a possibilidade de a URE coexistir com apoio governamental pela reciclagem, sendo esse um dever. Assim como era um dever da URE melhorar, também cabia ao cidadão à responsabilidade de reduzir o nível de que gerava de resíduos. Afirmou, portanto, que



todos eram responsáveis pelos resíduos. **Antonio Bolognese** informou que trabalhava na área de resíduos sólidos, há mais de 15 anos, viajado por países, de quase todos os continentes buscando informações e conhecimentos sobre a área. Sendo assim, afirmou que a proposta que estava sendo apresentada não era nociva a sociedade, muito pelo contrário, representava uma solução para a grave questão do saneamento básico. Esclareceu que a discussão não tratava da incineração dos recicláveis, mas sim, daquilo que estava sendo enterrado e que serve para produção de combustível. Afirmou que existem diversos estudos acadêmicos, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos que provam que a incineração de resíduos eleva a porcentagem de reciclagem local, a exemplo, citou o estudo da Universidade da Califórnia. Tal situação deve-se a educação ambiental. Discorreu que apesar da profusão de normas legais no Brasil, muitos não seguem seus critérios sendo a solução a mudança cultural por meio da educação. Por fim, relatou a interessante experiência que teve ao, na Alemanha, ocasião na qual um repórter perguntou para a menina de seis anos de uma família Alemã, o que ela achava sobre a reciclagem. A menina, por sua vez, não respondeu. Novamente questionada, a menina continuou quieta. Desta feita, os pais perguntaram se ela não sabia o que era. Mas na verdade, acontecia que a pergunta não fazia o menor sentido para a menina, pois a reciclagem fazia parte da vida dela, desde que nasceu. Portanto, reciclar deveria ser como respirar para aquela menina, e com esse exemplo, afirmou que o Brasil precisava mais disso e a URE poderia ajudar a melhorar esse processo de mudança. **Eduardo Ferreira de Paula** informou que era membro da COOPAMARE, e conhecia o sistema de coleta seletiva de 17 países, motivo pelo qual, participava do movimento contra a incineração em Mauá. Afirmou que incinerar não era bom, pois se fosse a Europa não mandaria esses equipamentos sucateados para o Brasil. Informou que a incineração de resíduos estava proibida na França, então não adiantava afirmar que o projeto era melhor porque por tratar-se da mesma tecnologia. Ratificou que, atualmente, existem catadores muito inteligentes, até mesmo graduados. Esclareceu que os catadores prestadores de serviço, por direito, não precisavam passar pelo processo de licitação, portanto, o objetivo de todos era somente trabalhar e não ganhar dinheiro por meio desse processo burocrático e muitas vezes com problemas. **Edneia Ângela Bruno Ferreira**, moradora do Carlina, há 40 anos, relatou que viu lixão nascer, expandir e até fechar e, muitas famílias até ficarem ricas nesse setor. Disse que sentia falta da presença do Prefeito naquela mesa, porque em 2013, com o apoio dele, com a alegria dele, ela como porta-voz, teve a oportunidade de entregar uma moção de repúdio à incineração, em Brasília. Nessa ocasião, os gestores de todo o país, que estavam ali reunidos votaram pela inviabilidade da incineração. Afirmou que, além de Deus ter nos dado o livre arbítrio, também deixou em nós a consciência ambiental. Na sequência dirigiu as seguintes colocações para representante da consultoria ambiental: foi dito não existir nenhuma espécie exótica na região estudada, no entanto, faz-se presente naquela ocasião, uma moradora lá do entorno, de valor incalculável e não remunerada com cargo público, cujo sonho não era viajar pelo mundo, como o amigo que foi até a Alemanha e presenciou uma criança dizer que a reciclagem já está nela. Ao contrário disso, seu sonho era que a lei de resíduos sólidos de 2010 fosse cumprida. Questionou o por qual motivo os empreendedores haviam reduzido o número de empregados da Lara e disse ter ficado chocada ao presenciar seu vizinho e funcionário do Lara falar em nome dela. Ao final concluiu: *“coisas são feitas para serem usadas e descartadas, diariamente. Pessoas, por outro lado, foram feitas para serem amadas”*. **Mariano Silva de Sena** disse que era membro da Cooperativa Reluz, e por meio do dinheiro que ganhou da reciclagem está criando os filhos. Relatou que há sete anos e meio, era catador de rua, e não tinha vergonha disso. Afirmou que vergonhoso era passar pela experiência de ouvir um cidadão que catador é vagabundo. Demonstrou todo seu orgulho por desempenhar aquela função que lhe dá condições de suprir as necessidades de seus filhos. Relatou a aflição dos desempregados que não tem dinheiro para comprar leite para seus filhos tomarem o café da manhã. Passou-se a etapa de manifestação do representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, **Paulo Alvarenga**. Esse informou que a Defensoria Pública tem a função de prestar assistência jurídica aos catadores de materiais recicláveis na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos que é uma luta desafiadora para a sociedade em geral. Discorreu sobre o importante papel que os catadores de materiais recicláveis desempenham na sociedade. Informou tratar-se de um grupo de, aproximadamente, 800 mil trabalhadores que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sobrevivem dessa atividade sendo, portanto, necessário que se tenha um olhar especial para essas pessoas, também tão bem representadas na audiência, ocasião na qual puderam expressar seus sentimentos e que fazem parte de um setor da sociedade tão pouco reconhecido, apesar dos serviços que prestam ao Brasil. Sendo assim, afirmou que o grande desafio da Defensoria Pública era prestar assistência jurídica e dar voz aos catadores de materiais recicláveis frente aos órgãos públicos e na implementação de políticas. Relatou que teve muita dificuldade de ler as 700 páginas do estudo de impacto ambiental e, dirigindo-se ao representante da Cetesb, informou sobre a ausência do respectivo termo de referência, a partir do qual teria sido elaborado o EIA/RIMA. Também não encontrou informação sobre o local de disponibilização do EIA/RIMA para a consulta popular. Disse que, de maneira geral, é uma atividade que vai gerar grande risco para a cidade apesar disso não ter sido informado com muita clareza, mas somente que o resíduo sólido vai virar cinza e gases tóxicos, colocando a capacidade dos órgãos de fiscalização de exercer esse controle, em xeque. Enfatizou haver necessidade de melhor informar a sociedade sobre os riscos advindos da implantação desse empreendimento. Destacou que, apesar da existência de vários incineradores instalados em países estrangeiros, parecia que a tecnologia que se pretende instalar no Brasil encontra-se desatualizada e obsoleta. Disse que também sentiu falta, no EIA/RIMA, de uma abordagem para a gestão integrada dos resíduos sólidos, ou seja, lhe pareceu um olhar para a destinação final e não para o ciclo de vida do produto como um todo. Passou-se a manifestação dos representantes do Poder Legislativo. **Vladimilson Garcia**, vereador de Mauá, em resposta a manifestação do senhor Reginaldo afirmou que o projeto em tela não poderia ser encaminhado ao legislativo, por tratar-se de um investimento totalmente privado. Informou sobre o contrato de prestação de serviços que a prefeitura assinou com os catadores que são os recicladores desse projeto e que, salvo engano, entraria em vigor, a partir do dia 17 ou 20. Na sequência apresentou três questionamentos. Na matéria veiculada no jornal “Repórter do Diário”, edição de 30 de novembro de 2019, foi informado que para a construção da URE serão derrubadas 230 árvores, isoladas de espécies nativas da região. Questionou se essa informação era procedente e, se de fato for verdadeira, qual será a compensação ambiental e se haverá o replantio dessas árvores. No projeto é informado que a energia gerada será destinada, metade para o próprio empreendimento e a outra parcela destinada a rede elétrica da cidade. Questionou como será cobrada a distribuição dessa energia para o município?; Com a construção da URE, a empresa Lara já tem a capacidade de atender oito cidades que já destinam seu lixo para o local. O que acontecerá quando houver o aumento da geração de lixo?; Com a vinda de novas empresas para cidade de Mauá, existe a preocupação com a capacidade e a segurança da malha viária municipal. Informou que a partir da implantação do Rodoanel, os assaltos na cidade aumentaram, porque a região se transformou em uma rota de fuga. Por esse motivo questionou como essa situação será tratada? Afirmou que não tinha uma opinião formada sobre a questão por ser um tema técnico muito abrangente. Entendia, porém, que a discussão poderia ser aprofundada ainda mais no legislativo, com a participação da população Mauense. Por fim, contrariamente ao que foi dito, esclareceu que votou contra o estabelecimento da taxa do lixo. Passou-se a manifestação dos representantes do Poder Executivo. **Temístocles Cardoso Cristófar**, Secretário Municipal de Meio Ambiente do município de Mauá informou, que de fato, em 12 de dezembro de 2013, há seis anos, anunciou em sua página do *Facebook*, a oficialização do contrato com as cooperativas de catadores, em cumprimento aos compromissos de lei. Ao questionar sobre a presença de algum membro da COOPERCATA e evidenciar que a presidente estava na audiência, lembrou o histórico da época em que era o responsável pela coleta seletiva da Secretaria de Serviços Urbanos municipal. Na sequência, quando se referiu ao comissionado da Secretaria de Serviços Urbanos, o fato deu início a um desentendimento entre as partes. Afirmou que era inverídica a informação que o contrato com a COOPERCATA teria se iniciado somente em dezembro. Afirmou que o Plano de Resíduos Sólidos priorizava a coleta seletiva e, que dos oito pontos descritos no documento, tinham relação com o Poder Público a compostagem, reciclagem e a educação ambiental. Reiterou que a prefeitura de Mauá era cliente da empresa em questão, assim como as demais prefeituras da região. Depois de uma acirrada divergência finalizou declarando que os recicladores poderiam estar perdendo uma oportunidade de usufruir de toda a estrutura que será disponibilizada pela empresa, que presta serviço



para a cidade. Passou-se a etapa das réplicas. **Daniel Sindicic**, PhD CEO e Presidente da Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda. Reiterou que o sistema não foi proposto para competir com o trabalho dos catadores e que tem procurado manter o diálogo com esse grupo, ao longo de todo esse processo que dependia de todos os envolvidos. Esclareceu que o encaminhamento de caminhões cheios de lixo, diretamente para os catadores, sem prévia seleção na origem é injusto por envolver enormes riscos a saúde. Reiterou que a empresa estava aberta ao diálogo para entender qual seriam as necessidades dos catadores e frisou não haver relação entre os sistemas. Relembrou a situação problemática em que se encontram os aterros no Brasil e, nesse contexto, a importância de se introduzir boas práticas e alternativas tecnológicas para reduzir os impactos dessa atividade. Afirmou tratar-se de iniciativa corajosa e inovadora da empresa Lara porque, há 30 anos em operação, nunca havia se deparado com a discussão que estava sendo travada. Asseverou que a empresa não tinha interesse de realizar a reciclagem, sendo esse seu real posicionamento. **Sérgio Pompéia**, Presidente da CPEA após afirmar que foram ouvidos com atenção todos àqueles que expressaram suas opiniões, passou aos esclarecimentos dos principais questionamentos técnicos. Informou que é informado no EIA que serão suprimidas um pouco mais de 200 árvores entre exóticas e nativas, e que existe um programa de compensação florestal que irá promover o reflorestamento de, aproximadamente, mais de quatro hectares de áreas, segundo os critérios especificados na legislação incidente. Completou que esse programa contará com a participação da comunidade, principalmente, residente no entorno do empreendimento. Na sequência lembrou que o incinerador, a que se refere o projeto, era o local para onde serão encaminhados os resíduos, os rejeitos, para serem queimados para não causarem problemas ao aterro. Esclareceu que a tecnologia de incineração a ser adotada é um verdadeiro tratamento térmico, em conjunto com a recuperação de energia. Os incineradores desativados na Europa são aqueles com tecnologias antigas que causaram problemas de poluição, nas décadas de 70, 80 e 90. Versou sobre o rápido avanço tecnológico alcançado nas últimas décadas também se deu no campo do tratamento de resíduos e, que o EIA/RIMA, contem os prognósticos futuros considerando os cenários com a adoção dessa usina e de não adoção. Esclareceu que a tecnologia a ser aplicada destina-se a 70% do lixo que não serviria para mais nada. O que não significa que não será encontrada no meio do lixo, uma ou outra, garrafa pet não reciclada. O rejeito, portanto, será composto, por exemplo, de resto de comida, papel higiênico usado, jornal molhado pedaços de plástico, ou bolinhas de isopor que não servem a reciclagem ou que não se consegue separar. Então, o sucesso da reciclagem encontra-se, justamente, no trabalho de separação nas residências, e que vai auxiliar o reciclador/catador que recolhe todo esse material. Informou que o estudo está sendo realizado há seis anos e envolveu muitas pessoas da área técnica e a comunidade. Declarou que foram realizadas diversas reuniões com professores, universidades, especialistas de todos os lugares (estrangeiros, brasileiros, de Mauá, de todo ABC) e, ao longo do processo nunca se ouviu qualquer crítica ao trabalho dos catadores. Portanto, trata-se de uma grande oportunidade, caso contrário, a capacidade do aterro irá se exaurir rápido sendo necessário procurar outro lugar para depositar o lixo, o que demandará um novo local e investimentos elevados, tirando uma possibilidade de gerar energia e receita para Mauá. Frisou que ao longo de todo o trabalho, foi identificado o enorme respeito existente pela organização dos catadores, e o entendimento de que as políticas públicas devem caminhar nesse sentido. Concluiu tratar-se que a associação entre reciclagem e catadores é um sistema de simbiose, porque ambas as partes serão beneficiadas. Finalizada a etapa das réplicas passou-se a manifestação dos membros da mesa diretora dos trabalhos. **Carlos Komatsu**, Gerente do Departamento de Avaliação Ambiental de Projetos e Processos informou que o EIA/RIMA, conforme consta no próprio convite da audiência pública esteve disponível para consulta em dois locais de Mauá sendo eles: a Biblioteca Municipal Cecília Meireles e na Fábrica Integrada Educacional e Cultural – FIEC. Além disso, as cópias eletrônicas dos documentos também foram disponibilizadas na página institucional da Cetesb, na internet. Sobre o licenciamento da URE de São Bernardo do Campo informou que a Cetesb havia arquivado o processo por falta de apresentação pelo empreendedor, de informações complementares solicitadas pela Cetesb. Com relação ao questionamento da capacidade de fiscalização, informou que a Cetesb não fiscalizava somente aquele tipo de empreendimento, mais vários outros.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

esclareceu que a fiscalização envolve também o acompanhamento rotineiro e a análise de diversos programas de monitoramento, e suas respectivas complementações, a depender do caso em questão. Em algumas situações a própria Cetesb realiza a coleta e análise dos dados para se certificar do efetivo atendimento aos padrões legais. Dessa forma, a Cetesb fiscaliza os diversos tipos de fontes e empreendimentos existentes em todo o território do Estado. Ainda sim, devido à abrangência desse trabalho os empreendimentos ainda são fiscalizados e monitorados também pela análise de diversos programas e planos. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o **Secretário-Executivo do CONSEMA**, Anselmo Guimarães informou ainda que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data da audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto encaminhando-as para o e-mail do CONSEMA. E, em nome do Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Marcos Penido, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.